

## A representação da maternidade no romance *Adam Bede*, de George Eliot

De acordo com Jane Spencer, em *The Rise of the Woman Novelist* (1986), a ascensão das mulheres como escritoras na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII se deu baseada em noções patriarcais de feminilidade. Para que as escritoras fossem aceitas, as personagens de seus escritos deveriam incorporar e transmitir concepções de moralidade, pureza, modéstia, devoção religiosa e exaltação do casamento. Segundo Spencer, para provar sua “natureza, moralidade e modéstia” (SPENCER, 1986: p. 86), as escritoras tinham que mostrar uma característica adicional, a “domesticidade”, ou seja, a qualidade de uma mulher que escreve e ao mesmo tempo é uma boa dona de casa, uma boa esposa e uma boa mãe:

O novo ideal era uma mulher burguesa ocupada, que combinava liderar uma casa com longas horas de estudo privado – alguém como a segunda heroína de Richardson, a famosa Clarissa Harlowe. “Tudo o que uma mulher *pode* aprender, ela costumava dizer ... acima do conhecimento útil próprio para seu *sexo*, *deixe-a aprender* ... Mas, então, não a deixe desistir dessas, aquelas *mais necessárias* e, por isso, não sem importância, atividades que a irão qualificar para ser uma *boa dona de casa* de uma família, uma *boa esposa* e uma *boa mãe*. (SPENCER, 1986: p. 86)

Dessa forma, os romances que seguissem essa imagem da mulher que cumprisse os requisitos de moralidade tinham a tendência de serem mais aceitos pela sociedade inglesa dos séculos XVII e XVIII. No século XIX, essa imagem da “mulher moral”, que é boa esposa, boa dona de casa e boa mãe também foi constante na sociedade vitoriana. De acordo com Jill L. Matus, em *Unstable Bodies: Victorian Representations of Sexuality and Maternity* (1995), a ciência e a sociedade na Inglaterra do século XIX produziram concepções, muitas vezes contraditórias, sobre a sexualidade feminina, o que confirma o estereótipo sobre a representação da sexualidade e das relações sexuais. A maternidade, sobretudo, recebia bastante atenção por parte dos moralistas e homens da ciência, que buscavam prescrever o papel da mãe à mulher: “representações médico-científicas da mãe incitaram concepções culturais da mulher como especialmente estruturada para a reprodução e equipada com instinto materno”. (SPENCER, 1986: 157)

A maternidade, no entanto, apesar de ser de grande importância para a sociedade, não se mostra um tema muito presente na literatura. Pelo menos, não sob a perspectiva da mãe. Mesmo na literatura produzida por mulheres, é difícil encontrar o tema da maternidade.

Segundo Spencer, na sociedade inglesa do século XVIII, as mulheres retratavam em seus romances suas experiências, o que viviam em seu mundo limitado à esfera doméstica. O “confinamento” ainda maior das mulheres à casa, atribuído à industrialização e ao desenvolvimento do comércio, que acabaram retirando muitas das atividades que costumavam ser exercidas por elas, contribuiu para isso, já que passaram a assumir uma autoridade ainda maior no lar. Como uma forma de responder à posição da mulher na sociedade e ao papel atribuído a elas pelo patriarcado, as escritoras reagiam de diferentes formas em seus romances, formas essas divididas em três por Spencer: elas poderiam protestar contra o tratamento dado a elas; aceitar a autoridade oferecida a elas como orientadoras de meninas e transformar seus romances em livros didáticos para que as mulheres mantivessem a moralidade; ou escapar da necessidade de conformar ou protestar por meio de uma fantasia que transforma a posição feminina na sociedade. As escritoras, então, costumavam retratar o mundo da mulher jovem, que precisa encontrar um marido e casar-se, seus relacionamentos, enfim, a vida de uma mulher de classe-média. No entanto, apesar de retratarem assuntos relacionados às mulheres, nota-se uma ausência do tema da maternidade. As mães, quando aparecem, são retratadas de forma tradicional, como a boa mãe, que instrui suas filhas, é boa esposa e dona de casa. Raramente encontram-se representações maternas que enfatizam os pensamentos e as reflexões da mãe sobre suas experiências, sobre sua condição e suas aspirações. As exceções a essa regra foram criticadas. Em 1798, *Maria, or the Wrongs of Woman*, romance escrito pela pensadora inglesa Mary Wollstonecraft foi publicado inacabado postumamente. O romance tem como protagonista uma mãe separada da filha bebê por seu marido, que a internou em um hospício com o intuito de ficar com sua herança. Durante o enredo, o leitor tem acesso a todos os seus pensamentos, dentre eles preocupação com sua filha, com sua condição em uma sociedade patriarcal, seu amor por um outro homem. Segundo Spencer, seu romance não foi bem recebido e sua reputação ficou obscurecida por mais de um século por esse e outros motivos. Já no século XIX, Elizabeth Gaskell fez de uma mãe solteira a figura central de seu romance *Ruth*, de 1853, e apesar de ter determinado a morte para sua heroína seduzida, seu romance recebeu reações fortes de alguns.

No século XIX, a escritora inglesa Mary Ann Evans, mais conhecida pelo seu pseudônimo George Eliot, apresentou a maternidade de formas diferentes em sua obra, o que nem sempre agradou aos críticos literários. Conforme Jill L. Matus, o romance *Adam Bede* (1859) recebeu uma crítica favorável no *Saturday Review*, no século XIX. No entanto, o crítico demonstrou sua objeção ao fato de ter a escritora retratado os diversos estágios que antecedem o nascimento de uma criança, segundo ele, prática que estava se tornando cada vez mais comum entre romancistas e que deveria ser evitada. De acordo com esse crítico, havia a ameaça de uma possível “literatura da gravidez”, ou seja, de uma literatura que retratasse os desdobramentos e os pormenores da maternidade. Portanto, exortava os escritores a copiar os “velhos mestres” que, se incluíam um bebê na narrativa, faziam-no nascer de uma vez, como num passe de mágica, sem descrever as complexas fases e implicações da maternidade:

Há outro aspecto nessa parte da história sobre o qual não podemos deixar de fazer um comentário. A autora de *Adam Bede* aderiu a uma prática bem curiosa que está se tornando comum entre romancistas, e é uma prática que consideramos bastante desagradável. Trata-se de datar e discutir os diversos estágios que precedem o nascimento de uma criança. Parecemos estar ameaçados com uma literatura da gravidez ... Os sentimentos e as mudanças de Hetty são indicados com uma seqüência pontual que faz com que o relato de seus infortúnios se pareça com o tom rude de conversas de um “obstetra/ parteiro” [*man-midwife*] com uma noiva. Isso é intolerável. Deixem-nos copiar os velhos mestres da arte, que, se nos deram um bebê, o deram de uma vez. Um autor decente e um público decente consideram os sintomas premonitórios como existentes sem, no entanto, necessitarem presenciá-los. (MATUS, 1995: 1)

George Eliot é uma escritora importante na literatura inglesa do século XIX e, ao contrário de outras autoras, obscurecidas no processo de formação do cânone patriarcal, recebeu atenção do público e da crítica literária e sua produção escrita vem sendo fonte de estudos constantes.

Em seus romances, encontra-se, de forma frequente, a representação da sociedade de sua época, a complexidade de relações familiares e sociais, com seus usos e costumes, seus valores, jogos de poder, inclinações. A abundância de detalhes, a perspicácia na compreensão do entrelaçamento de interesses entre as pessoas trazem para o leitor verdadeiras análises e críticas das relações humanas na sociedade inglesa vitoriana. Comportamentos como esses, em uma sociedade patriarcal conservadora como a Inglaterra do século XIX, se opõem ao ideal familiar e à moralidade sexual defendidos por médicos e pensadores desse período e nos permite enxergar

George Eliot como uma escritora que nos fornece valiosa contribuição para uma visão mais rica e menos mitificada e patriarcal, conforme tem se buscado nos estudos feministas das últimas décadas.

No entanto, embora muito se comente sobre as relações sociais representadas em seus romances, o foco quase nunca se volta para suas personagens femininas. Pelo menos, não sob a perspectiva das próprias mulheres, que possa enfatizar o lugar importante que ocupam dentro dos enredos, como mães, filhas, governantas, avós, esposas. Mais particularmente, a temática da maternidade, a qual identifico como um tema constante em sua produção ficcional, não tem sido explorada. Em romances como *Adam Bede* (1859), *Silas Marner* (1860), *The Mill on the Floss* (1861), *Felix Holt, The Radical* (1866), e *Middlemarch* (1874), George Eliot, que optou por não ter filhos, retrata mães em diversas situações, apresentando desde aquelas mulheres que exercem o papel de mães tradicionais, que vivem para cuidar do lar, do marido e de seus filhos, até mulheres que se tornam transgressoras dos valores da época, que desafiam o papel da mãe tradicional. Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a representação da maternidade em um de seus romances, *Adam Bede*, de 1859, onde a temática da maternidade está fortemente presente. Pretendo analisar como a representação da maternidade em sua obra contribui para uma nova visão dessa experiência fundamental para todo ser humano, especialmente para a mulher. Para este estudo, utilizarei principalmente as contribuições teóricas dos estudos de gênero e da teoria e crítica literária feminista.

A maternidade tem sido fonte de sentimentos diversos desde as primeiras sociedades humanas, que consideravam o corpo fértil das mulheres como algo misterioso, poderoso e, por isso, objeto de sentimentos ambivalentes, como fascínio e pavor, amor e inveja etc., como argumentam teóricas como Simone De Beauvoir, Dorothy Dinnerstein e Margaret Mead e estudiosos como o antropólogo alemão Erich Neumann. Ao analisar-se a história humana, percebe-se que a maternidade tem recebido diferentes significados ao longo do tempo, com o desenvolvimento de valores, crenças e comportamentos que envolvem o corpo feminino, muitas vezes, aprisionando-o em padrões limitadores defendidos pela sociedade.

Psicanalistas como Nancy Chodorow e Dorothy Dinnerstein atribuem a dominação masculina a sentimentos ambivalentes provenientes das primeiras relações entre a mulher e a criança. Chodorow, em seu livro *The Reproduction of Mothering* (1979), argumenta que os comportamentos sociais tradicionais que envolvem a maternidade, ou seja, o fato de se atribuir às

mulheres o cuidado com os filhos, não são naturais, mas sim resultado de valores e práticas sociais que são interiorizados nas primeiras relações da criança com as pessoas que a cercam, sobretudo com a mãe, onde se produz uma identificação equivocada entre mãe e função materna. Assim, esses processos psicológicos dão origem a comportamentos que se perpetuam e são responsáveis pela divisão não igualitária dos papéis sexuais e pela conseqüente dominação masculina.

Na mesma linha de raciocínio desenvolvido por Chodorow, Dorothy Dinnerstein (*The Mermaid and the Minotaur: Sexual Arrangements and Human Malaise* – 1976) alega que, enquanto o cuidado com os filhos for papel exclusivo das mães, as mulheres continuarão sendo objeto de mitos e idéias deturpadas que as denigrem e sustentam seu papel secundário no domínio público. É preciso mudar a forma como os papéis sexuais estão organizados, e a mudança principal seria fazer com que o homem fosse tão importante no cuidado e criação dos filhos quanto as mulheres.

O livro de Adrienne Rich, *Of Woman Born* (1981), também constitui um marco nos estudos feministas sobre a maternidade. A partir de uma ótica psicanalítica, dentre outras, Rich expõe análises da relação entre a mãe e os filhos, o homem, a sociedade, além de outros pontos fundamentais. Ela demonstra como a mãe reage às expectativas da sociedade em relação a seu comportamento, escrevendo até mesmo sobre uma “alienação” da maternidade, de mulheres que não participam conscientemente nem mesmo do trabalho de parto.

Ao publicar um estudo sobre o processo histórico da maternidade do século XVI ao XX, a filósofa francesa Elisabeth Badinter considerou que a maternidade ainda seria um tema sagrado, ao descrever as reações apaixonadas que o seu livro *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno* (1985) provocou. Segundo ela, “continua difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblatoivo.” (BADINTER, 1985: 9)

Na década de 90 do século XX, a historiadora Mary Del Priori, na introdução de seu livro *Ao Sul do Corpo* (1993), um estudo histórico sobre as condições das mulheres e, sobretudo, sobre a maternidade no Brasil Colonial, também atenta para a presença marcante da importância da maternidade na mentalidade histórica. A autora demonstra a força do conceito da “santa-mãezinha”, ou seja, da mãe bondosa, dedicada e assexuada, construído na época colonial

brasileira e que se enraizou no imaginário social, atravessando os séculos e chegando aos nossos dias:

Quatrocentos anos depois do início do projeto de normatização, as santas-mãezinhas são personagens de novelas de televisão, são invocadas em pára-choques de caminhão (“Mãe só tem uma”, “Mãe é mãe”), fecundam o adagiário e as expressões cotidianas (“Nossa Mãe”, “Mãe do céu”); (...) A maternidade extrapola, portanto, dados simplesmente biológicos; ela possui um intenso conteúdo sociológico, antropológico e uma visível presença na mentalidade histórica. (DEL PRIORI, 1993: 18)

Sentimentos tão variados e extremos de origem remota refletiram-se nos discursos religiosos, científicos, literários, dentre outros, produzindo explicações, representações e preceitos muitas vezes desfavoráveis, e não raro contraditórios, às mulheres e à maternidade. Isso se deu, principalmente, à medida em que o patriarcado comparava de forma distorcida a capacidade reprodutiva das mulheres às forças da natureza. Desde a Antigüidade, textos filosóficos afirmam a inferioridade das mulheres e justificam a conseqüente necessidade de sua submissão e controle. Para Aristóteles, a mulher é considerada personagem secundária na concepção. Segundo Rosemary Agonito, que faz uma compilação das idéias de pensadores importantes da humanidade sobre as mulheres em *History of Ideas on Women* (1977), Aristóteles argumenta que a mulher é um ser mutilado ou um homem incompleto. Na reprodução, o homem contribui com a essência e a alma, enquanto que a mulher só fornece a nutrição necessária para manter o embrião. Ou seja, é o homem, e não a mulher, que cria a vida. A teologia judaico-cristã, por meio dos textos bíblicos, trouxe conseqüências danosas para a imagem das mulheres ao retratar que a criação feminina foi feita a partir de uma costela do homem, e ao descrever a desobediência de Eva, que recebeu como castigo, além de outros, a dor do parto e a dominação pelo marido.

A identificação das mulheres à natureza e a conseqüente naturalização dos comportamentos relacionados à sexualidade feminina e à maternidade foram perpetuados e intensificados de uma forma negativa para as mulheres, de acordo com os interesses do patriarcado. É o que ocorre, por exemplo, quando pensamos sobre o conceito de instinto materno. Segundo Badinter, a partir do século XVIII, além do discurso médico, o filosófico e o econômico passam a defender de forma enfática que a mãe assuma a responsabilidade de cuidar dos filhos, agindo de acordo com seu instinto, para diminuir a mortalidade infantil no interesse do Estado

francês. A historiadora Mary Del Priori enfatiza o desenvolvimento da medicina, que descobriu nos corpos femininos uma “fisiologia moral que justificasse a maternidade e que suprisse as demandas de um Estado que relacionava aumento de produção com aumento de braços”. (DEL PRIORI, 1993: 334)

Mesmo usando argumentos imprecisos, que não correspondiam à realidade dos fatos, pensadores como Montesquieu, Voltaire e Rousseau foram ouvidos ao afirmarem que a França, assim como o resto da Europa, se despovoava e que, portanto, esse era um problema a ser resolvido; os economistas, por seu turno, se preocupavam com a falta de mão-de-obra para a produção. Conforme nos lembra Badinter, o ser humano passava a ser precioso para o Estado, pois produzia riquezas e era uma garantia de força militar. Conseqüentemente, a criança adquiriu um valor mercantil, pois era uma fonte em potencial de poder econômico e militar. Os discursos, então, exortaram as mães a retomarem o cuidado com os filhos, negligenciado nos séculos anteriores, quando as mães entregavam seus filhos a amas-de-leite. Para Rousseau, a Europa se despovoava, porque as mães não mais cumpriam com seus deveres, entregando as crianças a amas-de-leite logo após o nascimento. O aleitamento materno adquiriu importância e para persuadir as mães que resistiam ao apelo de amamentar o bebê, o discurso a favor do instinto materno as ameaçava de serem castigadas pela natureza por não respeitarem sua função natural. A mulher ideal deveria se aproximar da fêmea, se tornando boa reprodutora, sem ambições, vaidade, egoísmo. No entanto, esses discursos não conseguiriam convencer as mulheres se não tivessem sido confirmados também por outro discurso: o da felicidade.

A filosofia do Iluminismo trouxe o ideal da igualdade, do amor e da felicidade individual. Apesar de a igualdade dizer mais respeito aos homens entre si, passou a haver uma maior harmonia entre o pai, a mãe e a criança. Entre certos pensadores, difundiu-se a idéia de que é nas relações familiares que a felicidade deve se encontrar primeiro e, por isso, a relação entre o casal e os filhos deve ser baseada no amor. Assim, para as mulheres, dedicar-se à família seria um prazer, uma realização pessoal, uma atitude em busca da felicidade.

Percebe-se, então, que a maternidade, assim como outros assuntos relacionados às mulheres, ainda tem sido utilizada para defender os interesses do patriarcado, muitas vezes reforçando um discurso androcêntrico e misógino. Dessa forma, tem sido uma questão que carece de novos estudos, principalmente sob a perspectiva das mulheres. Em várias áreas do conhecimento, podemos identificar até mesmo um silenciamento de muitos outros aspectos

relacionados à maternidade. É o que pude observar nos estudos que fiz na área de literatura, encontrando lacunas, sinais de censura moralista e de mitificação dos aspectos relacionados às mães e às mulheres em geral. Mary Del Priori, ao pesquisar sobre as vidas das mulheres no Brasil entre os séculos XVI e XVIII, também esbarrou na escassez e dispersão das informações:

Ao perseguir os caminhos das populações femininas no fundo dos fundos arquivísticos, acabei por tropeçar numa documentação multiforme. Constatava assim que as fontes existiam, mas que estavam em migalhas e dispersas, dificultando-me perceber as transformações mais finas pelas quais passavam as mulheres. (DEL PRIORI, 1993: 16)

Diante do exposto, penso que a análise de representações da maternidade que possam oferecer visões menos patriarcais e mitificadas pode contribuir para a diminuição dessa escassez., motivo segundo o qual pretendo apresentar o romance *Adam Bede*, de George Eliot, sob a perspectiva dos estudos de gênero. Matus explora, em uma série de ensaios, como textos médicos, sociais e literários do século XIX (particularmente das décadas de 1840 a 1870) constroem versões “múltiplas e contraditórias” sobre a mulher, sua sexualidade e a maternidade. A autora apresenta análises interessantes sobre as representações das mães em vários romances ingleses, dentre eles, *Adam Bede*. Ela foi uma das poucas escritoras que encontrei que fez uma pequena análise desse romance, em um de seus capítulos, com atenção à temática da maternidade, e seu livro também me inspirou a empreender estudos sobre as mães nos romances de George Eliot. Em romances como *Adam Bede*, *The Mill on the Floss*, *Silas Marner*, *Felix Holt, the Radical* e *Middlemarch*, a mãe tradicional tem seu lugar, mas junto com ela há uma variedade de outras mães, como Hetty, que mata seu próprio bebê.

*Adam Bede*, assim como os outros romances de Eliot estão inseridos no contexto familiar do século XVIII e XIX, quando teóricos como Rousseau argumentavam que a mãe teria importância fundamental e única na educação dos filhos. Segundo esse ponto de vista, qualquer problema seria de total responsabilidade e culpa da mãe. A mãe, nessa época, é comparada a uma santa, que exerce sua “vocação” de cuidar da casa e dos filhos com devoção e sacrifício. Assim, toda boa mãe é uma “santa mulher” e a padroeira natural dessa nova mãe é a Virgem Maria” (BADINTER, 1985: 223). O discurso de Rousseau ajudou a disseminar a ideia de esposa submissa, educada para os trabalhos domésticos e responsável completamente pela formação do bom cidadão, com *Émile*.



No entanto, segundo Matus, as mulheres das classes mais desfavorecidas foram as últimas a abraçar a nova concepção da boa mãe. Tendo que trabalhar, as mães pobres não tinham tempo para cuidar dos filhos. Estes continuavam sendo fardos e muitas continuaram a utilizar os serviços de amas-de-leite ou a abandonar os filhos nos asilos de “roda”. Em *Adam Bede*, encontramos um aspecto relacionado à maternidade que servia para diferenciar uma classe de mulheres da outra: a rejeição do bebê pela mãe. Em uma época em que as mães eram “naturalmente santas”, consideradas como sempre querendo o bem de seus filhos, qualquer desvio dessa conduta era considerado como doentio e pertencente apenas a uma classe de mulheres, a classe proletária. Em *Adam Bede*, George Eliot apresenta a história de Hetty, uma mãe pobre desesperada que mata seu bebê ilegítimo e é julgada. Um dos aspectos principais é o relato de Hetty sobre o que ela passou e sentiu, dando espaço para a subjetividade materna na literatura. Assim, Eliot apresenta, em seu romance, não só a temática da maternidade, mas a interface gênero/classe.

Segundo Matus, romances como *Adam Bede* foram importantes, pois trouxeram a maternidade e a sexualidade feminina como objetos de suas ficções em um momento histórico em que tudo o que dizia respeito a esses temas era monopólio da ciência médica, formulada pelo homem. Não apenas os aspectos biológicos, como também a ética, a moralidade e a higiene eram áreas de preocupação profissional, formando o que Foucault chamou de “medicina do sexo”. Para o filósofo, não só a consciência e o intelecto eram investigados pelo poder, mas também todo o corpo e todo o comportamento relacionado a ele, formando um discurso preocupado com o “vigor físico e a limpeza moral do corpo social” (MATUS, 1995: 2). Como na Era Vitoriana, tanto a literatura quanto a medicina viam como sua a tarefa de cuidar de, e perpetuar a moralidade, com vistas ao comportamento sexual considerado adequado, qualquer tentativa de extrapolar, na literatura, a sua competência moral não era vista com bons olhos, o que se pode observar na crítica feita a *Adam Bede*. Matus mostra que, apesar de os discursos biomédicos apresentarem uma rígida categorização binária dos homens e das mulheres, que legitimam a autoridade e as formulações ideológicas patriarcais, esses mesmos discursos oferecem diversas, e às vezes, contraditórias, visões de diferença sexual e de sexualidade feminina (MATUS, 1995: 5). Ao retratar mães como Hetty, que mata seu filho “ilegítimo”, Eliot contradiz os discursos moralistas e patriarcais da sociedade vitoriana e traz para discussão, por meio da literatura, aspectos como infanticídio, por exemplo. Josephine McDonagh, em *Child-Murder Narratives in*

*George Eliot's "Adam Bede": Embedded Histories and Fictional Representation* (2001), analisa a questão do infanticídio em uma sociedade rica em histórias de assassinato de crianças, com diferentes enredos e sentidos.

Como o presente trabalho se dá sob a perspectiva de gênero, é importante discutir um pouco sobre esse conceito. O conceito de gênero é, também, de fundamental importância no presente trabalho. O conceito de gênero é relativamente recente e, inicialmente relacionado ao sexo, ao biológico, ele foi perdendo essa significação e adquirindo outras mais complexas. Teóricas como Jane Flax (*Pós-modernismo e Relações de gênero na teoria feminista* – 1991), Rita Therezinha Schmidt (*Recortes de uma história: a construção de um fazer/saber* – 1999) e Linda Nicholson (*Interpretando o gênero* – 2000), dentre outras, se esforçaram por trazer um conceito de gênero mais amplo, dissociado do aspecto biológico, mais próximo dos objetos de investigação da teoria feminista. Para Jane Flax, por exemplo, o gênero é relacional, pois é constituído por partes inter-relacionadas, ou seja, que não têm significado ou existência sem as outras. Portanto, por meio dessas relações de gênero, distingue-se dois tipos de pessoas: o homem e a mulher. Eles são apresentados como categorias excludentes, ou seja, só se pode pertencer a um gênero e nunca ao outro ou a ambos. Como consequência, as relações de gênero acabam sendo divisões assimétricas de capacidades e traços humanos e têm sido relações de dominação, por serem definidas e controladas por um de seus elementos inter-relacionados – o homem. Para Jane Flax, uma das metas da teoria feminista é a análise das relações de gênero e sua utilização como instrumental analítico. Já Rita Therezinha Schmidt apresenta o conceito cultural de gênero como “um sistema simbólico constituído por redes de significados, relações metafóricas e metonímicas que inscrevem valores e hierarquias dos quais os sujeitos são produtos e efeitos” (SCHMIDT, 1999: 31). Esse conceito permite-nos pensar a diferença, além de buscar a articulação de outras categorias de análise como raça e classe, por exemplo.

Para Linda Nicholson, “gênero” tem sido usado de duas maneiras contraditórias: para descrever o que é socialmente construído e como referência a “qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino.” (NICHOLSON, 2000: 9) A autora denuncia a existência do que ela chama de “fundacionalismo biológico”, tratamento do gênero utilizado por muitas feministas, que afirma existir uma “identidade sexual” comum a várias culturas, mas considera as influências sociais que essa identidade recebe. Assim, há uma mistura de determinismo biológico e de construcionismo social. Essa atitude acaba considerando as

mulheres de acordo com o que elas têm em comum, no caso, o sexo, excluindo o que elas têm de diferente, como os aspectos de raça e classe, por exemplo. Linda Nicholson defende que as feministas devem abandonar o fundacionalismo biológico para que possam considerar as mulheres em contextos diferentes, pertencentes a uma complexa rede de características.

Assim, apesar dos conceitos diversos, todas essas teóricas caminham no mesmo sentido, em busca de uma definição de gênero que não seja essencialista e que englobe a pluralidade e a diversidade das mulheres. Essa visão do gênero propicia o questionamento das práticas e ideologias relacionadas à maternidade.

No século XX, apesar de uma vigorosa produção do movimento feminista, percebe-se ainda a escassez das vozes das mães na literatura, minha área de pesquisa. Brenda O. Daly e Maureen T. Reddy, em *Narrating Mothers* (1991), salientam que as narrativas raramente dão espaço para as vozes maternas. E apesar de que no final do século XX tenha crescido o número de livros sobre as mães, as perspectivas maternas estão, geralmente, ausentes, pois até mesmo as feministas, na maioria das vezes, se posicionam como filhas em seus escritos e falham em abordar os aspectos teóricos e políticos que permeiam a maternidade a partir da perspectiva das mães.

Em *The Second Sex* (1949), Simone de Beauvoir atribui à capacidade de reprodução das mulheres a associação dessas à imanência, à reprodução, enquanto que tudo relacionado aos homens foi associado durante muito tempo à transcendência, ao cultural, ao dinâmico, à dominação. Segundo Friedrich Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, foi essa capacidade biológica da mulher que levou à primeira grande divisão do trabalho da humanidade com o desenvolvimento da família monogâmica, resultando em sua opressão. Como consequência desse sistema inicial de opressão às mulheres, coube ao homem o domínio da civilização e da cultura, enquanto que a mulher passou a desempenhar papéis restritos à reprodução da espécie e outras atividades relacionadas à esfera privada. A opressão das mulheres não poderia deixar de ter reflexos na literatura. Além de observarmos que a produção literária de autoria feminina é relativamente recente (praticamente a totalidade das obras que conhecemos de períodos como Antiguidade e Idade Média, por exemplo, são predominantemente de autoria masculina), temas feministas, como a maternidade, têm sido pouco explorados, como pude comprovar ao fazer uma análise dos cursos de literatura aos quais tive acesso na universidade. Virginia Woolf, em seu texto *A Room of One's Own* (1929), descreve a falta de obras escritas por

mulheres e sua exclusão do mundo acadêmico, a falta de documentos que falem de sua história, de sua vida, e o fato de que o pouco que se tem sobre elas foi escrito pelos homens. Ela diz “Não se sabe nada sobre as mulheres antes do século XVIII. Eu não tenho nenhum modelo que eu possa consultar.”(WOOLF,1973: 47)

Cristina Stevens, em seu livro *Maternidade e Feminismo – Diálogos Interdisciplinares* (2007), enfatiza que até aproximadamente os anos setenta houve escassas tentativas de retratar a maternidade como tema central e de analisar as distorções criadas pelo patriarcado sobre essa complexa experiência. Nessa época, intensificou-se uma busca pela conscientização das mulheres sobre esses aspectos. No campo da história, segundo Tania Navarro Swain, em seu texto *Você disse imaginário?* (1994), até os anos setenta encontra-se um discurso etno e androcêntrico, situação que, segundo ela, vem se modificando com os caminhos abertos pela história das mentalidades e pelos questionamentos do feminismo. Nessa fase, as produções teóricas sobre a maternidade são bastante ricas, com estudos nas áreas de psicanálise, sociologia, antropologia, dentre outras. São desse período as contribuições de feministas importantes como Nancy Chodorow, Adrienne Rich, Hélène Cixous e Julia Kristeva.

É necessário uma nova forma de abordar e entender não só a maternidade, como outras questões relacionadas às mulheres. Para isso, é importante buscar também na produção ficcional de autoria feminina elementos que possam contribuir para os estudos feministas. Virginia Woolf e a pesquisadora americana contemporânea Elaine Showalter, dentre outras teóricas do movimento feminista, enfatizam a importância de uma produção escrita de autoria feminina. Como já disse, Woolf, em *A Room of One's Own*, já manifestava sua preocupação com a ausência de obras escritas por mulheres e sua exclusão do mundo acadêmico. Segundo ela, a construção da história enfatiza grandes acontecimentos, cujos atores principais conhecidos são sempre homens. Analisando a história com mais atenção, questionando suas lacunas, conseguimos imaginar a enorme importância das mulheres nos grandes feitos, mas elas raramente aparecem no relato histórico. Quando muito aparecem ao fundo, em segundo plano, quase apagadas por completo. Segundo Woolf, a história precisa ser reescrita ou, diz ironicamente, pelo menos suplementada. Há um silêncio milenar, parte do qual talvez se possa quebrar se uma tradição escrita das mulheres começar a se desenvolver, tanto em relação à sua produção literária, quanto à sua história. Showalter também defende o desenvolvimento da produção escrita de autoria feminina. Da mesma forma que para Virginia Woolf o passado escrito pelos homens não

é de muita utilidade às mulheres, para Elaine Showalter a crítica feminista não tem muito a aprender na tradição crítica androcêntrica, e sim nos estudos desenvolvidos por mulheres. A crítica feminista deve ser “centrada na mulher, independente e intelectualmente coerente (...). Deve encontrar seu próprio assunto, seu próprio sistema, sua própria teoria e sua própria voz.” (SHOWALTER in HOLLANDA, 1994: 28-9) Para definir esse discurso crítico especializado, Elaine Showalter criou o termo ginocrítica (*gynocritics*).

A importância crescente dada à produção escrita das mulheres contribui para a problematização do cânone, ainda falocêntrico, e para uma mudança nos valores literários, ainda baseados no sujeito imparcial, objetivo, herança dos padrões iluministas da ciência racional e objetiva concebida pelo homem, que vem se mostrando cada vez mais falha. Nesse sentido, a crítica literária feminista se aproxima cada vez mais do sujeito capaz de sentir, opinar, refletir, pois “enquanto a crítica científica lutou para purificar-se do subjetivo, a crítica feminista reafirmou a autoridade da experiência.” (SHOWALTER in HOLLANDA, 1994: 25)

Para a análise da questão do cânone, são autoras importantes, dentre outras, Annette Kolodny e Rita Therezinha Schmidt. De acordo com essa última, em seu texto *Cânone/ contra-cânone: nem aquele que é o mesmo nem este que é o outro* (1996), é necessário repensar a definição de valor literário, de padrões estéticos, para incluir obras escritas em circunstâncias culturais diferenciadas e não cair no discurso do mesmo, do centro referencial. Entretanto, a construção de um contra-cânone também não seria a alternativa adequada, pois ao nos colocarmos à margem dos paradigmas de referência da autoridade do centro, acabamos reforçando “seu poder de perpetuar os paradigmas de valor em função dos quais certas obras são canonizadas e outras relegadas” (SCHMIDT in CARVALHAL, 1996: 116). Com relação à questão do cânone é importante ressaltar que George Eliot teve sua obra canonizada, ao contrário do que aconteceu com muitas escritoras, tendo sido aceita, no entanto, por se enquadrar nos valores estéticos patriarcais, já que as análises de seus escritos foram feitas sob essa ótica.

No entanto, ao ter seus romances analisados sob outra ótica, qual seja, a da perspectiva de gênero, é possível encontrar representações que não se enquadram nas concepções patriarcais, o que tentei mostrar com a breve análise de *Adam Bede*. Ao mostrar uma mãe que foge aos padrões de comportamento esperados pela sociedade inglesa do século XIX, Eliot acaba desafiando a sociedade de sua época, seus valores e costumes e, dessa, forma, acaba contribuindo para os objetivos dos estudos de gênero.

OBS: as citações no presente trabalho foram traduzidas por mim.

### **Bibliografia:**

- AGONITO, Rosemary. *History of Ideas on Women*. 1. ed. New York: Paragon, 1977.
- BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. Tradução de Waltensir Dutra. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. *The Second Sex*. Tradução de H.M. Parshley. 3.ed. New York: Vintage Books, 1989.
- CAMBRIDGE History of English and American Literature. *Older criticism on the social and political novel and George Eliot* Cambridge: Cambridge University Press, 2004, 18 vol. pp.1907-21.
- CHODOROW, Nancy. *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*. California: University of California Press, 1979.
- CIXOUS, Hélène. *The Laugh of the Medusa* in KEMP, Sandra e SQUIRES, Judith (orgs.) *Feminisms*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1997.
- CLAUDE, Bissell T. *Social Analysis in the Novels of George Eliot*. ELH ©. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1951.
- DALY, Brenda O. e REDDY, Maureen T. *Narrating Mothers: Theorizing Maternal Subjectivities*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1991.
- DEL PRIORI, Mary. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.
- DINNERSTEIN, Dorothy. *The Mermaid and the Minotaur: Sexual Arrangements and Human Malaise*. New York: Perennial Library, 1976.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 10.ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- FLAX, Jane. *Pós Modernismo e relações de gênero na teoria feminista* in HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.) *Pós-modernismo e Política*. Trad. de Carlos A. de C. Moreno. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- KOLODNY, Annette. *Dancing Through the Minefield: Some Observations on the Theory, Practice and Politics of a Feminist Literary Criticism* in KEMP, Sandra e SQUIRES, Judith (orgs.) *Feminisms*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1997.
- KRISTEVA, Julia. *Stabat Mater* in *Histórias de amor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MATUS, Jill L. *Unstable Bodies: Victorian Representations of Sexuality and Maternity*. Manchester: Manchester University Press, 1995.
- MCDONAGH, Josephine. *Child-Murder Narratives in George Eliot's "Adam Bede": Embedded Histories and Fictional Representation*. California: University of California Press, 2001.
- MEANEY, Gerardine. *(UN)Like Subjects: Women, Theory, Fiction*. London/ New York: Routledge, 1993.
- NAVARRO, Tania. *Você disse imaginário?* in SWAIN, Tania Navarro (org.) *Histórias no plural*. Brasília: EDUNB, 1994.
- NEUMANN, Erich. *A Grande Mãe: um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente*. Tradução de Fernando Pedroza de Mattos e Maria Silvia Mourão Netto. São Paulo: Cultrix, 1999.
- NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero* in *Estudos Feministas*. C.F.H./CCE/UFSC. vol. 8, n. 2/2000.

SCHMIDT, Rita T. *Cânone/ contra-cânone: nem aquele que é o mesmo nem este que é o outro* in CARVALHAL, Tania Franco (org). *O discurso crítico na América Latina*. Porto Alegre: IEL, Editora da Unisinos, 1996.

SCHMIDT, Rita T. *Recortes de uma história: A Construção de um Fazer/Saber* in RAMALHO, Cristina (org.). *Literatura e Feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1999.

SHOWALTER, Elaine. *A crítica feminista no território selvagem* in HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SHOWALTER, Elaine. *Inventing Herself: Claiming a Feminist Intellectual Heritage*. New York: Picador, 2001.

SPENCER, Jane. *The Rise of the Woman Novelist: From Aphra Behn to Jane Austen*. Oxford/New York: Basil Blackwell, 1986.

RICH, Adrienne. *Of woman born. Motherhood as experience and institution*. 3. ed. London: Virago, 1981.

STEVENS, Cristina . *Maternidade e Feminismo: diálogos na literatura contemporânea* in STEVENS Cristina (org.) *Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Maria, or the Wrongs of Woman*. Electronic Text Center, University of Virginia Library, 1994. Digitalizado de WOLLSTONECRAFT, Mary. *Maria, or the Wrongs of Woman*. New York; London: W. W. Norton and Company, 1975. Disponível em <http://etext.virginia.edu/toc/modeng/public/WolMari.html>. Acessado em julho/2005.